

## TERRAS INDÍGENAS

## Lula veta marco temporal

Presidente segue linha do Supremo e revoga trechos considerados inconstitucionais na proposta enviada pelo Congresso

» ROSANA HESSEL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou, ontem, trechos de um projeto de lei que estabelecia como tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. O anúncio foi feito pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O prazo

para a sanção do projeto vence nesta sexta-feira.

“O presidente Lula, na data de sanção do projeto de lei encaminhado pelo Congresso Nacional que trata do marco temporal, decidiu por vetar o marco temporal, respeitando integralmente a Constituição Brasileira, inclusive, as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade sobre esse tema. Ele

vetou integralmente tudo o que foi considerado inconstitucional”, afirmou Padilha, aos jornalistas, ao lado dos ministros Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas), que participaram da reunião com Lula, no Palácio do Alvorada.

Segundo Padilha, Lula tomou a decisão após consultar vários ministros e técnicos e analisou artigo por artigo do projeto de

lei aprovado pelo Congresso. Ele informou que “sobraram alguns artigos” da matéria, que respeitaram a coerência da política indigenista e a constitucionalidade, e reforçou que o veto do presidente foi para manter a coerência e “respeitar a Constituição Federal, assim como a política indigenista e a interpretação do Supremo”.

Em uma rede social, Lula anunciou que vai “seguir trabalhando para que tenhamos,

como temos hoje, segurança jurídica e também para termos respeito aos direitos dos povos originários”.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem avaliar o veto em sessão conjunta para análise de vetos, prevista para a próxima terça-feira (24/10). Se os parlamentares derrubarem o veto de Lula, a lei é promulgada com o trecho vetado.

Jorge Messias, da AGU, disse

aos jornalistas que Lula vetou o artigo que estipulava indenização para proprietários de terras que viessem a ser demarcadas como indígenas no futuro. De acordo com ele, os vetos garantem a independência dos Poderes, uma vez que o marco temporal já foi rejeitado pelo Supremo.

De acordo com ministra Sônia Guajajara, os vetos anunciados por Padilha foram uma “grande vitória”.

Ricardo Stuckert/PR



Lula e ministros: veto dá segurança jurídica e direitos aos indígenas

## Bancada ruralista reage

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) informou, em nota, que os vetos “serão objeto de derrubada” em sessão do Congresso Nacional, “respeitados os princípios de representatividade das duas Casas Legislativas, com votos suficientes para a ação”.

A bancada ruralista no Congresso é constituída por 303 deputados federais e 50 senadores em exercício. Em tese, tem contingente para aprovar ou derrubar a maioria dos projetos das duas Casas do Legislativo e só esbarra em emenda constitucional, que precisa de 308 votos na Câmara e de 49 no Senado.

A bancada ruralista criticou fortemente os recentes desdobramentos da discussão sobre marco temporal. “Diante das decisões recentes responsáveis por estimular conflitos entre a população rural brasileira — indígenas ou não, em desrespeito à

Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a FPA não assistirá de braços cruzados a ineficiência do Estado Brasileiro em políticas públicas e normas que garantam a segurança jurídica e a paz no campo. Buscaremos a regulamentação de todas as questões que afetam esse direito no local adequado, no Congresso Nacional”, informa a nota enviada ao Correio.

De acordo com o comunicado da FPA, a discussão de temas dessa magnitude “exige um compromisso inabalável dos Três Poderes da República, com a devida lisura dos processos legislativos, garantindo que todas os brasileiros sejam ouvidos nesta legislação que pode retirar a dignidade de milhares de famílias brasileiras, responsáveis pela produção de alimentos para o Brasil e para o mundo”. (RH)

## ISRAEL X HAMAS

## Brasil pedirá no Egito urgência humanitária

» HENRIQUE LESSA

O governo brasileiro deve reforçar hoje, durante reunião de cúpula na cidade do Cairo, no Egito, a urgência humanitária na guerra entre Israel e o Hamas. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, desembarcou ontem na capital egípcia e deve reforçar a mesma posição adotada pelo país na proposta de resolução do Conselho de Segurança da ONU, que acabou vetada pelos Estados Unidos.

É esperado um encontro de alto nível, com a participação de chefes de Estado e membros do primeiro escalão das nações participantes. Já confirmaram a presença a Argélia, Turquia, Iraque, Jordânia e Catar, também estão na lista de convidados os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU, Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França. O Brasil foi o único da América Latina a ser convidado para o encontro que acontece hoje às 5h30, no horário de Brasília.

A mensagem do Brasil deve reforçar o imperativo humanitário da diplomacia brasileira na sua atuação internacional. A expectativa dos países árabes é ampliar a pressão em Israel e no seu aliado incondicional, os Estados Unidos, para diminuir a escala da violência na Faixa de Gaza, epicentro do conflito.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem, em sua primeira aparição pública depois da cirurgia que se submeteu mês passado, que o grupo Hamas cometeu terrorismo mas que Israel reagiu de “forma insana ao matar crianças na Faixa de Gaza”. Mesmo com Lula subindo o tom, a postura da diplomacia brasileira não deve mudar em relação ao que defendeu na ONU.

Em conversa, ontem por telefone, com o presidente francês, Emmanuel Macron, Lula reforçou a necessidade de proteger os civis e reduzir o impacto do conflito, especialmente nas crianças. Lula e Macron também apontaram a necessidade de pressionar o Hamas a libertar todos os reféns. O petista também agradeceu ao francês pelo voto do país em favor da aprovação da resolução brasileira no Conselho de Segurança na última terça-feira.

Os dois líderes concordaram em empenhar esforços para a criação de um corredor humanitário para a saída dos estrangeiros de Gaza e a entrada de água potável, alimentos e remédios, na forma como defendia a resolução vetada pelos americanos.

O texto apresentado pelo Brasil no Conselho de Segurança recebeu apoio de 12 dos 15 membros, duas abstenções, da Rússia e do Reino Unido, mas acabou com o veto dos Estados Unidos.

CB FÓRUM

## Educação profissional e o primeiro emprego

Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do DF (Senac-DF), o Correio Braziliense discutirá a importância do investimento em educação profissional no Brasil e a relevância da área para a conquista do primeiro emprego.

Acompanhe a transmissão ao vivo nas redes sociais do Correio Braziliense

Facebook  
Youtube



Inscreva-se para acompanhar o evento presencialmente

patrocínio

Senac  
Fecomércio Sesc

realização

CORREIO  
BRAZILIENSE

CB Brands